

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

À SESSÃO

Remeta-se ao Governo

O Presidente,

REQUERIMENTO

Emparcelamento Agrícola

Considerando que é necessário proceder-se a um progressivo processo de reordenamento fundiário nos Açores.

Atendendo que este reordenamento possui como seu principal catalizador o emparcelamento de terras agrícolas que se apresenta como um meio fundamental para o desenvolvimento da Agricultura dos Açores, pois permite dotar, crescentemente, as explorações Agro-Pecuárias em grandeza parcelar de modo a torná-las competitivas e sustentáveis.

Neste sentido, urge disponibilizar os instrumentos legislativos essenciais para se impulsionar o seu fomento.

Tendo certo que o Grupo Parlamentar do PSD já oportunamente expôs esta temática na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, indicando vias para dinamizar o emparcelamento de terras agrícolas na Região.

Também o Governo Regional, desde o início desta Legislatura, anunciou, por várias vezes, a revisão do Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/A de 31 de Julho de 1999 que estabelece um sistema de apoio ao crédito para a aquisição de terra (SICATE), que se traduz num incentivo indispensável à reestruturação fundiária e ao qual muitos Agricultores recorrem, para comprarem terrenos rústicos.

Todavia até ao momento nada ocorreu que estimule uma maior adesão dos Agricultores ao emparcelamento de terras agrícolas.

Os próprios Agricultores têm-nos questionado sobre o ponto de situação desta matéria, transmitindo-nos a sua preocupação sobre a excessiva demora na tomada de decisões legislativas conducentes ao desenvolvimento deste processo.

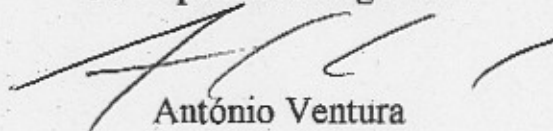
Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

— Pretende ou não o Governo dar importância política a esta temática do emparcelamento de terras agrícolas, criando para o efeito uma verdadeira política que impulsiona o seu desenvolvimento?

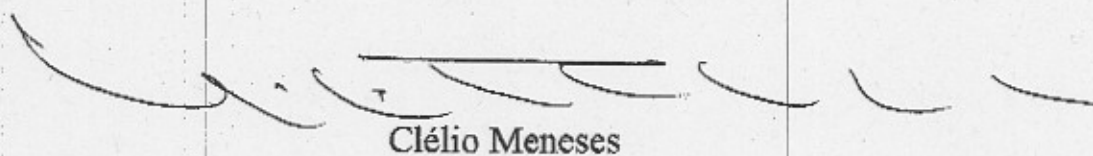
- Que acções novas estão a ser desenvolvidas para este fim?
- Tenciona ou não o Governo rever do Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/A de 31 de Julho de 1999 de modo a torná-lo mais adequado à realidade. Se sim quando?

Angra do Heroísmo, de 9 de Janeiro de 2006

Os Deputados Regionais:



António Ventura



Clélio Meneses



José Fernando Gomes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada 0046	Proc. Nº 54.03.00
Data: 06/01/09 Nº 90/VIII	